

RETRATO DOS ESTUDOS FEMINISTAS, DE MULHERES E DE GÊNERO NO BRASIL (1971-2019): A CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO, APRENDIZADOS E DESAFIOS

Feminist, Women's & Gender Studies in Brazil (1971-2019): the consolidation of the scientific field, lessons, and challenges

Natascha Helena Franz Hoppen

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Porto Alegre, RS, Brasil
natascha.hoppen@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0003-0959-9577> 

Bruna Dalmaso-Junqueira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação
Porto Alegre, RS, Brasil
dalmaso.junqueira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5742-5857> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discutir a consolidação dos Estudos Feministas, de Mulheres e de Gênero (EF) como campo científico no Brasil; identificar intersecções sociais e acadêmicas entre o contexto histórico e político de lutas feministas e os avanços científicos que dele se desdobram; problematizar desafios a serem superados na produção do campo.

Método: Em abordagem quanti-qualitativa, parte-se de análises métricas de artigos brasileiros publicados entre 1971 e 2019 e indexados na base de dados 1Findr, dando ênfase às principais palavras-chave que tematizaram as pesquisas desenvolvidas no campo ao longo de cada década. Buscando complexificar a análise da ciência produzida nos EF, costuramos seus próprios saberes à discussão cientométrica.

Resultados: Constatou-se: (a) consonância dos movimentos científicos com aqueles de fora das universidades ao longo das décadas; (b) limitações dos feminismos liberais, brancos e eurocêntricos ainda hoje persistentes; (c) proeminência dos feminismos plurais – notadamente do feminismo negro – e das coalizões estratégicas possíveis; (d) relevância da inserção do movimento LGBTQIA+ no campo.

Conclusões: A produção acadêmica dos EF é uma conquista do próprio movimento social que lhes dá origem e reflete suas potencialidades e limitações em relação a seus sujeitos políticos. Destaca-se o caráter exponencial do crescimento da produção interdisciplinar interessada na perspectiva feminista, de mulheres e de gênero na ciência brasileira, embora ainda haja relevantes desafios e lacunas. Como tarefa urgente, indica-se a necessidade de incorporação de uma perspectiva plural, interseccional e relacional à pesquisa na área, que combata narrativas hegemônicas e homogeneizantes também dentro de um movimento social e científico de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Feministas; Estudos de Mulheres; Estudos de Gênero; Produção científica brasileira; Ciência brasileira; Cientometria; Bibliometria

ABSTRACT

Objective: To discuss the consolidation of Feminist, Women's and Gender Studies (FS) as a scientific field in Brazil; identify social and academic intersections between the historical and political context of feminist struggles and the scientific advances that unfold from it; problematize challenges to be overcome in field production.

Method: In a quantitative and qualitative approach, we use metric analyzes of Brazilian articles published between 1971 and 2019 and indexed in the 1Findr database, emphasizing the main keywords that thematized the research developed in the field over each decade. Seeking to make the analysis of science produced in FS more complex, we add its own knowledge and perspectives to the scientometric discussion.

Results: There were findings on the (a) consonance of scientific movements with those outside the universities over the decades; (b) limitations of liberal, white and Eurocentric feminisms still persistent today; (c) prominence of plural feminisms – notably black feminism – and possible strategic coalitions; (d) relevance of the inclusion of the LGBTQIA+ movement in the field.

Conclusions: The academic production of the FS is an achievement of the social movement that gave rise to them and reflects their potential and limitations regarding their political subjects. We highlight the exponential character of the growth of interdisciplinary production interested in the feminist, women's, and gender perspective in Brazilian science, although there are still relevant challenges and gaps to be dealt with. As an urgent task, we point the need to incorporate a plural, intersectional and relational perspective to research in the area, which combats hegemonic and homogenizing narratives also within a social and scientific movement of resistance.

KEYWORDS: Feminist Studies; Women's Studies; Gender Studies; Brazilian scientific production; Brazilian science; Scientometrics; Bibliometrics

1 INTRODUÇÃO

Popularizados a partir dos anos 1970 com a militância e produção intelectual de feministas estadunidenses, os Estudos Feministas, de Mulheres e de Gênero emergem como complexificadores do olhar para o social, desnaturalizando a equivalência entre sexo e gênero e combatendo preconceitos, desigualdades e violências dela decorrentes. Através das décadas, têm ganhado expressiva adesão na produção intelectual como um campo interdisciplinar e vivo, em constante tensionamento, tendo a própria categoria de gênero vastos desdobramentos e ressignificações. Essa é também uma característica do movimento que ao campo dá origem – referimo-nos a feminismos, no plural, reconhecendo a multiplicidade de perspectivas e agendas que permeiam esse agente político coletivo do combate ao sexismo e outras formas de dominação (hooks, 2019b).

Entendemos que a consolidação dessa área do conhecimento consiste em uma conquista feminista. Em um movimento que já caminhava desde as décadas de 1970 e 80 para a sedimentação dos estudos feministas e de mulheres na academia, que denotava um fortalecimento do próprio movimento social (hooks, 2019a), a popularização dos estudos de gênero agregou força de expansão, inclusive acerca dos sujeitos políticos dos feminismos. Ao mesmo tempo, autoras proeminentes do campo nacional e internacional, como Miriam Grossi (2004) e bell hooks (2019a), chamam atenção para o fato de que a adesão ao guarda-chuva teórico de gênero poderia implicar na invisibilização dos sujeitos primeiros – as mulheres – dando ênfase à discriminação provocada pelas estruturas de gênero, às atitudes masculinas e a reformas jurídicas. Para Miriam Grossi (2004), a nomenclatura adequada para o campo consiste, portanto, nos

[...] 'estudos feministas, de mulheres e de gênero', pois: cabem nele tanto estudos sobre mulheres quanto estudos sobre homens, uma vez que ambos constituem o objeto tanto da teoria feminista (sob o ângulo da dominação masculina) quanto dos estudos de gênero (sob o ângulo das relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens). (GROSSI, 2004, p. 218).

Embora contemporaneamente se possa apontar a importância de uma atualização da definição apresentada pela autora, no sentido de não se limitar ao binário de gênero, consideramos sua denominação aglutinadora para o campo, assim como sua justificativa, a mais apropriada. Assim, dispomo-nos a apresentar um panorama do avanço desse campo no cenário científico brasileiro.

Vários estudos já se dedicaram, desde diferentes perspectivas e recortes, a competentes análises históricas da produção da área no país¹. Como diferencial, o presente artigo discute o crescimento dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil a partir de uma análise cientométrica de artigos publicados da década de 1970 até o ano de 2019, em um corpus de pesquisa inédito e mais abrangente se comparado a pesquisas anteriores: 31609 publicações. Com foco específico nas temáticas que mobilizaram os estudos recuperados pela pesquisa e na demonstração do crescimento exponencial que teve o campo desde a primeira publicação na área até a contemporaneidade, defendemos que tais avanços são, também, retrato do avanço do movimento feminista que tem se articulado na sociedade de forma mais ampla. São debatidos aqui aprendizados, avanços e desafios da produção científica na área, refletindo acerca das movimentações sociais que se passavam ao longo das décadas para além do ambiente acadêmico e de reflexos desses fenômenos dentro dele mesmo. O artigo se organiza a partir de uma apresentação da metodologia utilizada e, adiante, dos resultados obtidos organizados em décadas e analisados sob as lentes dos próprios estudos feministas, de mulheres e de gênero.

2 METODOLOGIA

A partir da análise da ciência produzida e publicada por pesquisadoras e pesquisadores é possível verificar características de seu fazer ligadas ao contexto social mais amplo (MEADOWS, 1999; VELHO, 1986). Nesta pesquisa quali-quantitativa, o fazemos através do exame de artigos científicos indexados em uma base de dados acadêmica. Embora a literatura em estudos feministas, de mulheres e de gênero seja publicada também em livros, trabalhos de evento e outros meios, o artigo acadêmico é considerado o melhor veículo para a análise métrica de investigação, por possuir dados relativamente padronizados de título, resumo e texto.

¹ Ver: Diniz; Foltran (2004); Ferreira (2021); Heilborn; Sorj (1999); Louro (1995); Matos (2018); Miceli (1995); Minella (2013), Pinto (2003); Rago (1998); Silva (2000); Souza (2002); Vieira *et al.* (2016); e Zirbel (2007).

Etapas prévias à coleta de dados foram realizadas, desde a escolha e testagem da base que serviu como fonte de dados até a definição completa da estratégia de busca. A base de dados 1Findr foi escolhida em função de sua maior abrangência de indexação, aliada à qualidade dos metadados que armazena. A 1Findr, segundo seus idealizadores (SCIENCE-METRIX, 2018), nasceu com a intenção de ser uma base abrangente e de ampla cobertura da literatura científica, inclusive daquela que não é foco de outras bases de dados, como a literatura que não tem o inglês como idioma principal, ou de países considerados “periféricos” na ciência. Nossa pesquisa verificou, por exemplo, que a 1Findr indexa um número muito maior de periódicos brasileiros e latinos do que a Scielo Brasil, além de indexar todo o período disponível on-line destas publicações (diferentemente da Scielo). É possível, portanto, realizar um retrato muito mais completo da literatura através dos dados recuperados por essa base.

A expressão de busca visa identificar e recuperar todos os artigos que compõem o corpus de pesquisa. Sua elaboração foi feita a partir de: (1) revisão de literatura de análises prévias da produção acadêmica da área, tanto brasileira quanto de outros países (ANDRADE; MEYER; BARZOTTO, 2019; BRILHANTE *et al.*, 2016; BUFREM; NASCIMENTO, 2012; DEVIDE *et al.*, 2011; ESPÍRITO SANTO, 2008; NARVAZ, 2009; SÖDERLUND; MADISON, 2015; TOMAZ, 2015); (2) identificação de termos pertinentes em tesouro e bibliografia especializados, o Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998) e a Lista Ariadne (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2008); (3) identificação de termos atuais a partir da consulta a pesquisadora especialista e literatura contemporânea da área. Todos os termos foram testados na base de dados e, por fim, foram divididos em blocos de assuntos e palavras-chave. Para alguns blocos de palavras e expressões foram excluídos artigos de disciplinas das ciências da saúde que recuperavam apenas artigos não pertinentes. Para as demais, os artigos não pertinentes foram excluídos manualmente. Todas as palavras foram pensadas e testadas nos três idiomas mais utilizados na ciência brasileira (FORATTINI, 1997; SANTIN, 2019; MCMANUS; NEVES, 2021): português, inglês e espanhol.

Para recuperar apenas artigos brasileiros, foram incluídas todas as instituições brasileiras disponíveis na base de dados, já que esta não possui campo específico para país nas buscas. Foi recebida uma lista da base, que foi completada com testes manuais e consulta a instituições de pesquisa brasileiras padronizadas, utilizada em grupo de pesquisa de cientometria de uma das autoras. Além disso, títulos de revistas nacionais especializadas em estudos feministas, de gênero e sobre mulheres foram adicionadas na

expressão de busca, com a restrição de se incluir no corpus da pesquisa apenas aqueles artigos publicados nelas de autorias com vínculo com alguma instituição nacional (excluindo-se, portanto, artigos publicados em revistas nacionais especializadas, mas que tenham sido escritos apenas por pessoas estrangeiras). A expressão de busca completa, que ficou bastante longa a fim de garantir um melhor e mais completo retrato da pesquisa brasileira em estudos feministas, de mulheres e de gênero, pode ser verificada no Apêndice A. Em função de sua complexidade, a busca precisou ser efetuada pela equipe da própria base de dados, internamente, uma vez que a expressão completa não era comportada pela interface visível a usuários/as (por sua extensão). Após a feitura da busca, a equipe da base 1Findr gentilmente forneceu os resultados que compõem o corpus da presente pesquisa².

O corpus de dados foi recebido em janeiro de 2020, contendo 32105 artigos em formato *JavaScript Object Notation*. A partir daí os dados foram convertidos em formato legível por planilha (*comma-separated values*) e analisados em busca de *outliers* e outros indicadores de possíveis erros, o que eliminou 496 artigos. Os 31609 artigos restantes, então, tiveram seus metadados de nomes de autorias e nomes de instituições padronizados manualmente. Embora a própria base padronizasse os nomes das instituições, verificou-se a necessidade, por exemplo, de se reunir artigos de hospitais universitários a suas respectivas universidades, além da necessidade de incluir dados como cidade, estado e país, não disponíveis originalmente.

Os nomes das pessoas autoras foram também padronizados através de consultas à plataforma de Currículos Lattes, que possibilitou também incluir informações como suas áreas de atuação e temas de pesquisa. As palavras-chave dos artigos foram tratadas da seguinte forma: manteve-se uma lista de palavras originais para checagem e padronizou-se as palavras sinônimas ou similares em dois idiomas, português e inglês. Muitos artigos possuíam palavras-chave sinônimas em dois idiomas, inseridas no mesmo campo dos portais das revistas provavelmente por equívoco. Tal padronização permitiu melhor

² O contato com a base de dados se deu através do pesquisador bibliometrista Éric Archambault, fundador da 1Science e que defendia, no dia do lançamento no Brasil da 1Findr, que as bases de dados deveriam ser mais abrangentes e parar de ignorar a ciência “periférica”, não publicada em inglês, crítica direcionada inclusive à rede SciELO na ocasião (ARCHAMBAULT, 2018). Archambault concedeu os contatos e acessos com a equipe da base de dados, a 1Findr, fonte que era tão promissora que chamou a atenção da Elsevier, editora comercial que, junto com Springer e outras, mantém o monopólio de muitos periódicos internacionalmente importantes. A Elsevier adquiriu a 1Science (RELLER, 2018), empresa mantenedora da 1Findr e acabou com a “ameaça” de uma fonte de artigos científicos livre e abrangente encerrando as atividades da base de dados quase cerca de dois anos após tê-la adquirido.

compreender a frequência e utilização de determinadas palavras-chave, eliminando aquelas repetidas.

Como pode-se imaginar, as etapas de tratamento dos dados - incluindo conversão de formato, checagem dos nomes de autorias e de instituições, inclusão de informações de entidades e de pessoas autoras, checagem, padronização e limpeza das palavras-chave, e rotação das limpezas na base criada com o corpus dos dados - foram realizadas com o auxílio de muitas mãos. O conjunto de dados final, coletado para a presente pesquisa, com os dados limpos e padronizados, será disponibilizado através de plataforma de dados abertos, para possibilitar (e ansiando) que novas pesquisas sejam feitas com o mesmo material.

Para a presente pesquisa, esse conjunto de dados foi disposto em planilha e analisado com estatística descritiva e a partir de indicadores cientométricos. Tais indicadores fazem parte da análise métrica da informação científica, que pressupõe que a literatura acadêmica é capaz de desvelar características importantes a respeito de um campo científico. São exemplos de características relevantes a serem desveladas a partir desse tipo de dados: temas e assuntos de interesse das e dos agentes de pesquisa (e quais são deixados de fora), em que locais e instituições ocorrem, redes de colaboração entre agentes científicos, impacto e visibilidade, entre outras (TARGINO, 2000; VELHO, 1997).

Os *softwares* utilizados foram Microsoft Excel (utilizado para conversão de formato de dados, limpeza e padronização destes dados e para obtenção de estatísticas descritivas), BibExcel (para indicadores métricos simples), VOSviewer (mapas de colaboração), Bibliometrix e Biblioshiny (análises de associação temática, palavras-chave e algumas análises com mais de duas variáveis), e Philcarto (utilizado para composição de mapas cartográficos).

3 ESTUDOS FEMINISTAS, DE MULHERES E DE GÊNERO NO BRASIL DE 1970 A 2019: um retrato através das décadas

A produção científica brasileira em estudos feministas, de mulheres e de gênero que compõem o conjunto de dados da pesquisa é constituída de 31609 artigos. O conjunto apresenta um crescimento que varia ao longo dos anos, apontando variações negativas de um ano para outro, inclusive, marcadamente até a década de 1980. Com isso, não concluímos que a produtividade fosse baixa até aquele momento, mas sim que a quantidade de artigos entre um ano e outro variava muito – apontando 17 artigos publicados

em 1981 e apenas 8 no ano subsequente, por exemplo. Além disso, é necessário reforçar que o retrato aqui ofertado se restringe aos artigos disponíveis em formato online e indexável no momento da coleta. Há relevantes produções dos estudos feministas, de mulheres e de gênero que não foram recuperadas nesse conjunto – e, para além dos critérios metodológicos já discutidos, trataremos das possíveis razões sociais para tal fenômeno adiante no texto.

Diante dos dados recuperados, nos dedicamos, então, a uma análise temática, quantitativa e contextualizada sócio-historicamente. Organizada em décadas, esta seção do artigo apresenta a produção na área em números, palavras-chaves e disciplinas e as costura à perspectiva feminista de leitura do mundo e da própria ciência. Alinhamo-nos à epistemologia feminista ao interpretar o campo da ciência como espaço ainda extremamente androcêntrico, branco, elitista e ocidental (LÖWY, 2009; hooks, 2019b) – e ao compromissarmo-nos com seu tensionamento. Trazendo ao diálogo pesquisadoras feministas que vêm refletindo acerca da conquista de espaços institucionais pela e através da agenda feminista no campo científico nacional, propomos uma análise que conte uma história. Não “a história”. Uma história, um recorte, uma narrativa possível por nós construída com o propósito de não somente visibilizar as conquistas feministas que representam a expansão desse campo de estudos, mas também elencar limites e desafios sobre aquilo que ainda tem de ser combatido e defendido.

A análise parte da apresentação de resultados com publicações a partir da década de 1970, visto que a primeira publicação adequada aos critérios da pesquisa data do ano de 1971. No entanto, ressaltamos que, embora não recuperada nesta pesquisa, a tese de Heleieth Saffioti, defendida em 1967, é indicada por várias autoras como o marco inicial das publicações feministas acadêmicas no país. Intitulada “Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias”, a tese de livre docência foi defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo e, em 1969, foi publicada como livro sob o título “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. É por este título que é melhor conhecida a obra, considerada um marco nos feminismos acadêmicos no Brasil (NARVAZ, 2009; PINTO, 2003; SCHUCK, 2018).

3.1 Anos 1970: primeiros passos

Foi na década de 1970 em que a adesão aos feminismos passou a se evidenciar em parte da produção científica brasileira e, principalmente, nas movimentações das

acadêmicas. Foram localizados 49 artigos publicados ao longo dessa década, embora com variância de crescimento ao ano negativa, de -20,55%. Para muitas autoras, esse é o período da entrada dos feminismos na academia brasileira (HEILBORN; SORJ, 1999; SILVA, 2000; CORRÊA, 2001) e o crescimento da quantidade de artigos, mesmo que variável, indica esse começo.

Em função da influência, inclusive a partir de seus estudos no exterior, e exposição aos adventos identificados em algumas leituras como a “segunda onda feminista”, muitas pesquisadoras brasileiras fizeram parte dos movimentos feministas no Brasil desde seu início (HEILBORN; SORJ, 1999). Para Maria Luiza Heilborn e Billa Sorj, quando o movimento feminista adquire visibilidade aqui, a partir de 1975 (ano em que a Organização das Nações Unidas declara o início da Década da Mulher), muitas dessas acadêmicas já trabalhavam nas universidades. Em sua interpretação, essa particularidade fez com que as pesquisadoras não buscassem espaços alternativos ou posições de embate frente à academia (como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos), mas permanecessem, em alguma medida, em conformidade com o sistema. Para as autoras, o ativismo concentrou-se na pesquisa de cunho social e não no enfrentamento aos padrões acadêmicos.

Já para Margareth Rago (1998), desde que as mulheres passaram a entrar nas universidades, começaram a contestar seus espaços. Mariza Corrêa (2001) afirma ainda que são as feministas que adentram a academia, e não o contrário. O que verificamos ao observar as primeiras publicações na área dos estudos feministas, de mulheres e de gênero é a proeminência de autoras mulheres. E, é inegável, a própria conquista de espaço no campo acadêmico já se configurava, em si mesma, como um enfrentamento a um ambiente tradicionalmente androcêntrico e masculinizado - ainda que essa conquista estivesse restrita a um perfil bastante restrito/excludente do conjunto de mulheres.

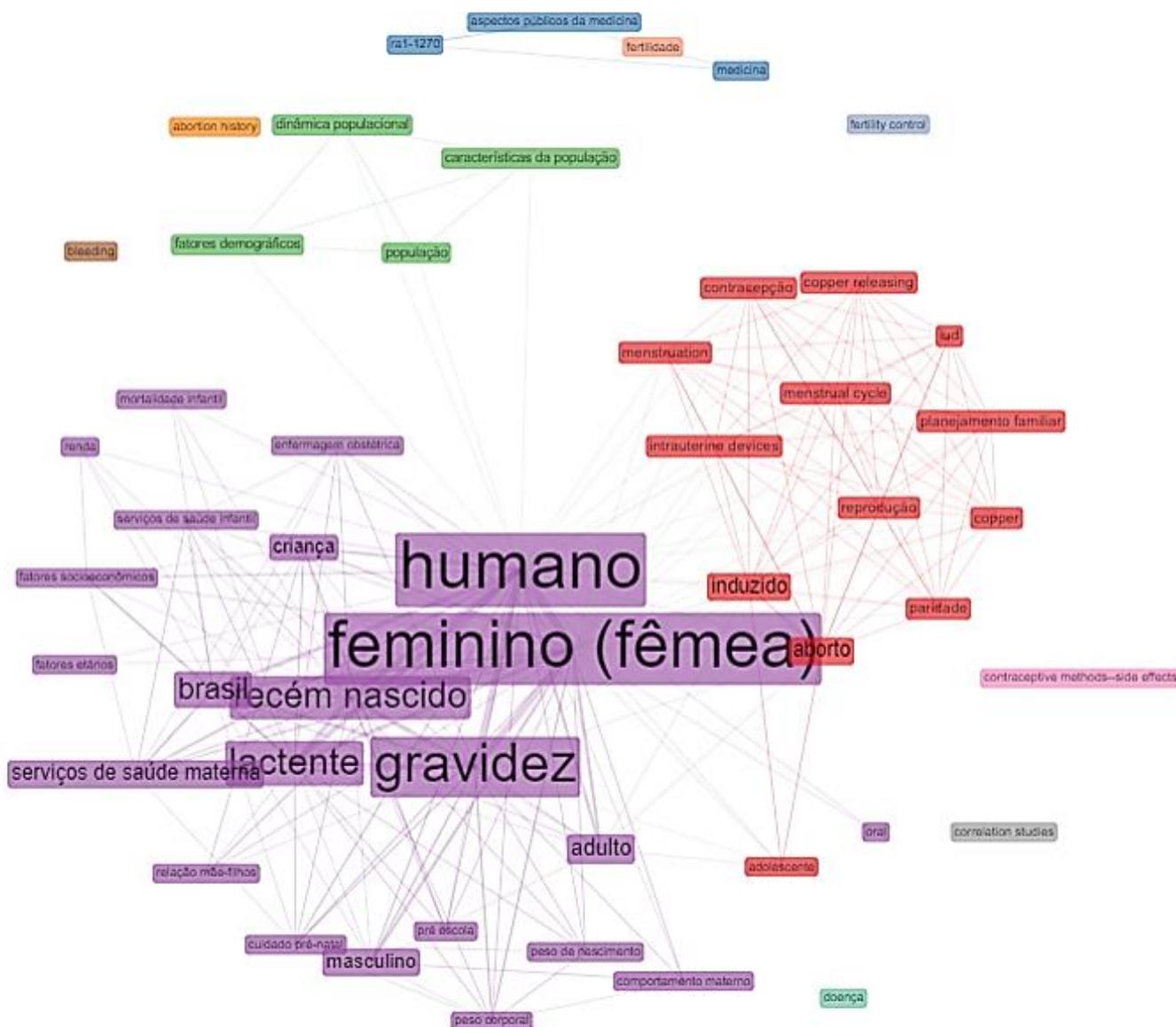
Os primeiros dois artigos da década são de 1971. Publicados no mesmo fascículo da Revista de Saúde Pública, foram escritos principalmente por mulheres – um de autoria solo feminina, outro de quatro pessoas em colaboração, com apenas um homem, todos vinculados à Universidade de São Paulo (USP). A afinidade com o campo dos estudos feministas, de mulheres e de gênero pode ser identificada no objeto e nas conclusões das duas pesquisas: problematizam o viés social da saúde da mulher a partir da defesa do planejamento materno-infantil acessível (LEVY *et al.*, 1971) e de iniciativas educativas que orientem a população acerca de prerrogativas presentes no senso comum sobre a gestação (WITT, 1971).

Nem todos os artigos recuperados nessa década, entretanto, transparecem uma abordagem social. Na análise de coocorrência de palavras-chave, que permite visualizar a força das ligações entre termos e assuntos nas publicações investigadas, observa-se que o termo “feminino” é utilizado com a conotação de “fêmea” em estudos sobre gravidez e é neste sentido biológico também que aparecem “masculino”, “criança”, “recém-nascido” e “adulto”. Já palavras relacionadas ao ciclo menstrual são usadas em publicações junto de “planejamento familiar” e “métodos de contracepção”, grupo em que também emergem os assuntos “aborto” e “adolescente”.

As disciplinas e palavras-chave que compõem a pesquisa do campo nos anos 1970 demonstram uma predominância de investigações sobre saúde pública e reprodutiva, com enfoque na saúde da mulher. Os termos mais frequentes identificados são obstetrícia, gestação, aleitamento materno, recém-nascido, cuidado pré-natal, enfermagem obstétrica e pediátrica, serviços de saúde materna e afins. Apresentam enfoques frequentes também as disciplinas de psicologia e estudos literários, com vários artigos vinculados a letras, história e antropologia. “Masculino” figura como oitavo termo mais frequente nas publicações recuperadas, utilizado principalmente em artigos de psicobiologia, dos quais sete também usam o termo fêmea/feminino (estabelecendo comparações entre os sexos/gêneros, por exemplo com modelos animais e comportamento materno).

Identificar essa preocupação da época mais centrada na saúde da mulher – ou mesmo não centrada nas dinâmicas sociais associadas ao gênero – torna necessário refletir acerca da conjuntura social em que se situavam as pesquisadoras e pesquisadores. Durante as décadas de 1960 e 1970, enquanto os feminismos europeus e estadunidenses experienciavam a luta pelo “[...] direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual e ao fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar” (HOLLANDA, 2018, p. 13), o Brasil vivia a repressão e a ditadura militar. Por consequência disso, Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (2011) afirmam que os movimentos feministas no Brasil surgem em um ambiente em que acabam se diluindo nas vozes das movimentações sociais estabelecidas contra o golpe militar de 1964. Para Heilborn e Sorj (1999), o contexto de uma sociedade “altamente desigual” impôs aos feminismos no Brasil uma atitude mais moderada, menos radical, e mais articulada com os discursos à esquerda.

Figura 1 - Mapa de cocorrência de palavras-chave na década de 1970



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora houvesse alianças possíveis sendo estabelecidas nesse movimento de resistência à ditadura, Heloísa Buarque de Holanda (2018) rememora os limites encontrados nas parcerias com parte da Igreja Católica e o Partido Comunista, por exemplo. Ainda que partilhando do ideário progressista, o movimento feminista e de mulheres se via isolado pela rejeição da Igreja ao aborto e à liberdade sexual e do Partido Comunista à singularização da pauta mais ampla que entendiam emanar dos feminismos.

Entendemos que tal particularidade pode ser percebida em seus reflexos acadêmicos. Quando o pensamento conservador ainda habitava parte da esquerda e dos movimentos sociais – condição ainda hoje não superada, embora tenhamos tido avanços

–, os feminismos se viam em posição de moderação. As portas do fazer científico feminista estavam sendo abertas, sem dúvida, mas ainda demandavam cautela. O progresso de surgirem pesquisas dedicadas à saúde de sujeitos historicamente marginalizados/inferiorizados – as mulheres – é notável. Ainda assim, havia um porvir que tensionasse estruturas de forma mais explícita, pondo à prova essas históricas dinâmicas de inferiorização. Havia acadêmicas feministas a se descobrirem também (HOLLANDA, 2018).

3.2 Anos 1980: democratização, políticas públicas e a “explosão feminista negra” que a academia não ouvia

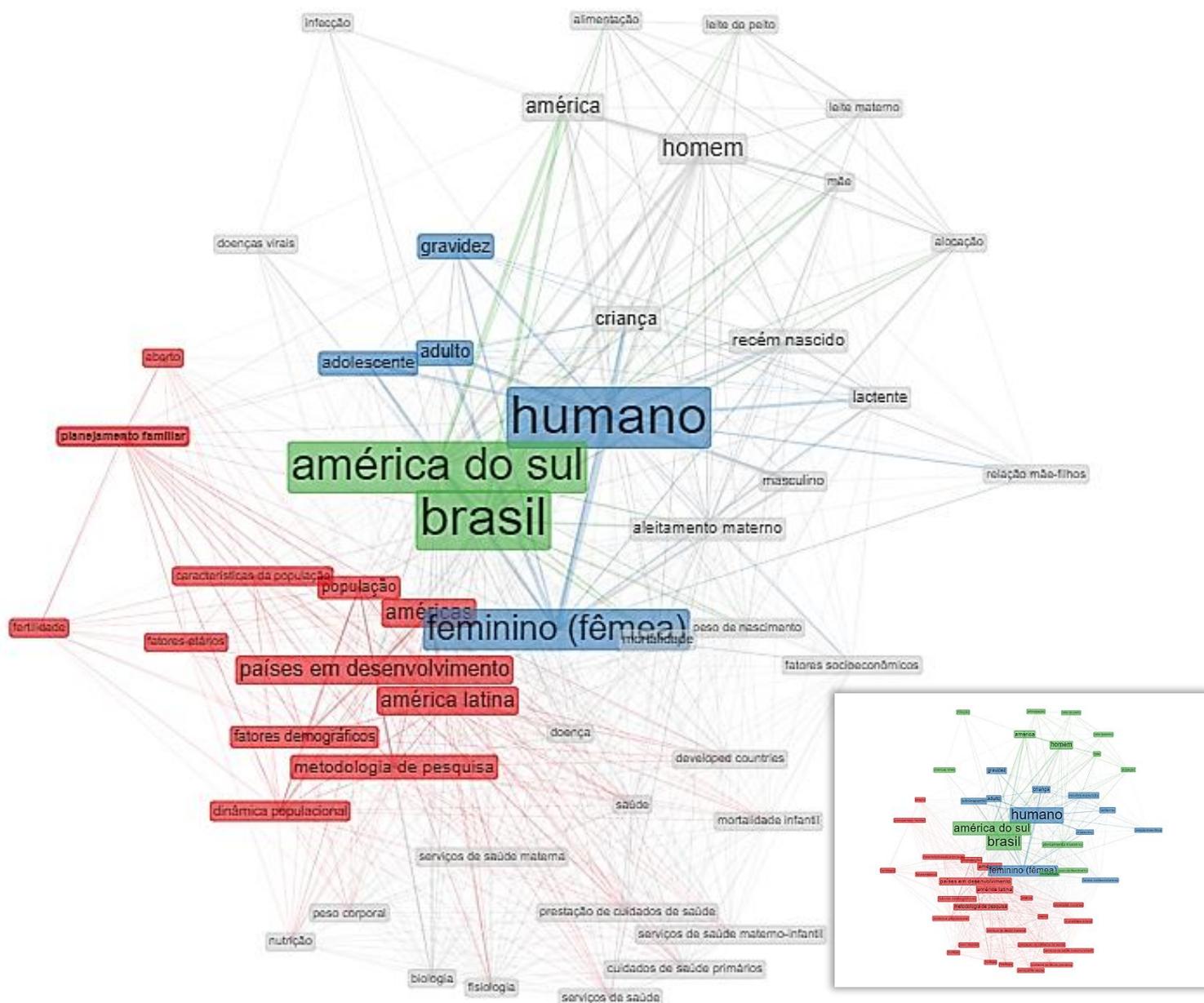
Segundo Mariza Corrêa (2001), Margareth Rago (1998) e Heilborn e Sorj (1999), a partir dos anos 1980 o termo “mulher” começa a ser substituído por “gênero” na produção científica brasileira. Em nossos resultados, de fato observamos a expressão “estudos de gênero” despontar entre as palavras-chave mais utilizadas no campo a partir dessa década. O número de artigos publicados cresce quase cinco vezes em relação aos anos 1970: de 1981 a 1990, são publicados 235 artigos, embora ainda com uma variação negativa, de -3,27%.

Na década de 1980, emanam artigos de ciências humanas, principalmente em publicações veiculadas nas revistas *Perspectivas e Educação em Questão*, mas também em revistas estrangeiras, como *Anthropology & Education Quarterly*, *American String Teacher* e *Promotion & Éducation*. Estudos literários sobre gênero de autorias vinculadas à Universidade Federal do Paraná (UFPR), estudos sobre a mulher na história brasileira (incluindo mulheres escravizadas, na política e na urbanização) de pessoas da USP e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também têm frequência considerável na produção no campo dessa década. “América do Sul”, “América Latina” e “países em desenvolvimento” também são termos recorrentes em pesquisas das ciências sociais e das ciências da saúde.

A mulher grávida e no puerpério, amamentação, recém-nascido, mortalidade e algumas pesquisas sobre AIDS e HIV são temas de pesquisa em disciplinas como Saúde Pública, Enfermagem, Pediatria, Obstetrícia/Medicina Reprodutiva, Medicina Tropical e Epidemiologia. A saúde da mulher, principalmente a que se relaciona com o planejamento familiar, é o tema mais frequente da pesquisa em estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil dos anos 1980 – sendo esses assuntos os focos dos dois primeiros artigos

recuperados, inclusive. Não por acaso, a mobilização feminista da época caminhava na mesma direção. Para Céli Pinto (2003), a saúde da mulher se torna uma das principais bandeiras dos movimentos feminista e de mulheres nos anos 1980.

Figura 2 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1980, com destaque para a expressão “planejamento familiar”, e no detalhe com todas as cores dos clusters, n=229



Fonte: Dados da pesquisa.

Note-se que já na década de 1970 a expressão “planejamento familiar” figurava em relação à contracepção e ao aborto nos artigos recuperados. Na década de 1980, ela também aparece em coocorrência com aborto, mas com a adição de novas palavras/assuntos: fertilidade, fatores etários, característica da população, países em

desenvolvimento, América Latina, população, Américas. Na figura 2, “planejamento familiar” foi colocado em destaque no canto esquerdo, junto ao grupo de palavras em vermelho. A figura também mostra outras temáticas com as quais planejamento familiar aparece relacionado com frequência, mesmo quando elas pertencem a outro agrupamento, como por exemplo “adolescente”, “adulto”, “América do Sul” e “Brasil”. No detalhe, vê-se o mapa com todas as cores dos clusters dos anos 1980. Os mesmos parâmetros do mapa dos anos 1970 foram utilizados.

Essa atenção às características da população brasileira e latino-americana que aparece vinculada ao planejamento familiar pode ser lida em uma costura com a mobilização de uma relevante parcela do movimento feminista da década de 1980. Em um período de redemocratização do país, “[...] as mulheres voltaram seus olhares para o Estado e seu aparato institucional como lugar a ser ocupado. [...] o feminismo se empenhou na criação de mecanismos institucionais para garantir direitos.” (PITANGUY, 2018, p. 453), mesmo que sem consenso em relação à eficácia dessa estratégia de ação política. Em oposição ao momento de luta contra a ditadura, em que as mobilizações uníssonas não davam brecha para a manifestação da diversidade dessa população, à medida que avançava a década de 1980, “[...] a resistência democrática já comportava uma dimensão identitária maior.” (PITANGUY, 2018, p. 451).

É nesse sentido que as pautas sobre saúde feminina, assim como sobre a violência contra a mulher, ganham notoriedade no tecido social. Brotam, a partir de discussões em círculos feministas que demandam e influenciam políticas públicas, como as ligadas às delegacias especializadas (a primeira criada em 1985) e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, criado em 1983 pelo Ministério da Saúde (PINTO, 2003). Em consonância, algumas palavras-chaves surgem como novidade no campo dos estudos feministas, de mulheres e de gênero em comparação com os artigos recuperados na década de 1970: várias expressões relacionadas à já citada amamentação (aleitamento materno, leite do peito, leite materno, amamentação, nesta ordem de importância), mãe, homem, mulher, epidemiologia, países em desenvolvimento, doenças virais, AIDS, relação pais-filhos e identidade de gênero.

A temática do aborto ainda merece maior aprofundamento. De acordo com os resultados referentes aos anos 1980, o tema aparece pela primeira vez em revistas de Saúde Pública, de História e de Obstetrícia. São oito ocorrências em que o aborto é o tema principal de discussão, e um em que é discutido como tema afim aos métodos contraceptivos. Nos artigos em que o aborto é assunto principal, se elucida a emergência

do tema no debate público. São artigos que discutem a opinião pública sobre o aborto e a necessidade de que seja encarado como questão social e sanitária; investigações demográficas sobre ocorrência de abortos em recortes específicos no país; as políticas efetivamente de planejamento familiar em paralelo com forças políticas e sociais de cunho controlista; e o aborto como uma prática de resistência aos senhores de escravos na história do Brasil.

Embora, por um lado, se possa exaltar o avanço feminista da condução de pesquisas e publicação de artigos acerca do aborto como questão social e sanitária na década de 1980, faz-se necessário o tensionamento sobre o que motivava tais investigações. Para além da pauta da saúde da mulher emergir como preocupação das feministas da época, organismos estadunidenses figuraram como grandes fomentadores de ações e pesquisas sobre o tema no país, naquele momento, e também nas décadas seguintes – notadamente a Organização Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam), a Fundação MacArthur e mais tarde a Fundação Ford. Ao mesmo tempo em que a contracepção se constituía como conquista para parte das mulheres, seu incentivo num país considerado “subdesenvolvido”, e de sistema de governo recentemente autoritário e repressivo, denota também nuances de controle de natalidade de uma população mais pobre e vítima do racismo.

Durante o período do regime militar, a forte presença do organismo norte-americano Bemfam [Organização Bem-Estar Familiar no Brasil] e sua política pouco cuidadosa de distribuição gratuita de anticoncepcionais entre a população pobre criaram grande dificuldade para a aceitação de qualquer política de planejamento familiar. [...] as feministas tiveram de se enfrentar com as mulheres das camadas populares, com problemas muito concretos e, nesse caso, um problema muito parecido com o das próprias feministas: a vontade de limitar drasticamente o número de filhos. Ora, se isso parecia um direito para as mulheres intelectualizadas de classe média, tomava ares de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. Isso fez com que as feministas passassem a ter um grande papel na elaboração de projetos de planejamento familiar que buscassem atender as mulheres de camadas populares sem cair em políticas discriminatórias. (PINTO, 2003, p. 83).

Na análise de Pinto (2003) e Heilborn e Sorj (1999), a ação organizada desses organismos estadunidenses indicava um incentivo para mulheres brasileiras e latino-americanas transcenderem papéis sociais tradicionalmente a elas atribuídos - rejeitando existências exclusivamente vinculadas à maternidade. Apesar de ser esse um movimento que discursivamente coaduna com pautas feministas, para as autoras, a problematização é indispensável. Desde uma perspectiva decolonial, Flávia Rios (2020) compreende que

essa mobilização se aproximaria de uma vertente excludente dos feminismos - um “feminismo civilizatório”, herdeiro de políticas imperialistas e neoliberais.

[...] “feminismo civilizatório” [...] é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas. Exemplo flagrante desse feminismo civilizatório seria a política de controle de natalidade, tema bem conhecido das brasileiras já familiarizadas com os debates nacionais, visto que uma das históricas divergências entre feministas negras e brancas no Brasil reside justamente no entendimento da concepção acerca dos direitos reprodutivos. Em tempo: denúncias de esterilização e controle dos corpos de mulheres racializadas no país datam do contexto da ditadura militar, como demonstrou o movimento de mulheres negras. (RIOS, 2020, p. 8).

As próprias divergências entre vertentes e perspectivas feministas passam a se intensificar na década de 1980, seja a partir do que demonstra Flávia Rios no que compete à contracepção, seja de forma ainda mais ampla. É dessa época a “explosão feminista negra” no Brasil, pelo que conta Sueli Carneiro. Já herdeiras do trabalho militante e intelectual pioneiro de Lélia Gonzalez, ativa desde os anos 1970, mulheres negras como Carneiro passam a pautar ainda mais veementemente suas existências como tema de políticas públicas: “O entendimento de que a mulher negra é outra coisa, que precisa ser reconhecida, que exige política pública diferenciada e tem todo um passivo que a sociedade tem que reconhecer e repor reverberou muito fortemente na década de 1980.” (CARNEIRO, 2018, p. 441). Suas produções intelectuais, entretanto, não figuram entre os resultados recuperados para essas décadas em nossa pesquisa. Essa ausência fala alto e nos provoca à reflexão.

Uma interpretação possível diz respeito ao prestígio não atribuído ao trabalho dessas mulheres e à falta de incentivo a suas produções. Se percebidos os investimentos de organismos estadunidenses para a pesquisa na temática da contracepção e da saúde da mulher (sendo essa “mulher” uma figura universalizante e branca) como uma política de esterilização e controle sobre corpos pobres e racializados, como denunciava Flávia Rios (2020), emana a leitura de que esses mesmos corpos - mesmo que de outras classes sociais - não tivessem suas vozes tão ouvidas ou valorizadas. Para além disso, interpretamos que, dentro do próprio campo de estudos, as provocações das mulheres negras eram ainda periféricas. A própria produção de Lélia González (1984; 2011), que inspirou inúmeras intelectuais, tensionava e punha à prova o feminismo acadêmico hegemônico a partir de uma linguagem disruptiva e denúncias do racismo amalgamado ao sexismo na cultura brasileira. Seus textos estão disponíveis em muitas plataformas digitais

e, felizmente, vêm sendo agregados às leituras acadêmicas na universidade contemporânea. Ainda assim, em nossa pesquisa – de amplos e exaustivos parâmetros de artigos dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no país – não foram recuperados. Isso deve levar ao questionamento sobre quais interesses são mobilizados tanto em sua não publicação em periódicos científicos quanto na sua digitalização e compartilhamento tardios.

Assim, em um retrato bastante fiel das relações de poder que tensionam a sociedade brasileira historicamente, o avanço dos estudos feministas, de mulheres e de gênero na década de 1980 manifesta conquistas, limites e contradições. Percebe-se a centralidade na saúde da mulher, com propósitos sanitários extremamente salientes – o foco é no planejamento familiar, gravidez e contracepção. Percebe-se a complexidade do cenário social e político mais amplo ser refletida e aprofundada através das temáticas mais frequentes de estudo recuperadas, assim como daquelas ausentes. Outro tópico que fundiria questões de saúde com questões sanitárias, sociais e morais emerge na produção dos anos 1980, embora com parcas ocorrências: o HIV e a AIDS. Nos anos 1990, junto com a expansão e fortalecimento do movimento de Lésbicas, Gays, Transexuais, *Queer*, Intersex, Assexuais + (LGBTQIA+) no Brasil, essas temáticas se estenderiam significativamente como foco no campo de estudos feministas, de mulheres e de gênero.

3.3 Anos 1990: saltos produtivos, consolidação no espaço acadêmico e chegada do movimento LGBTQIA+ ao campo

Em consonância com um movimento global de expansão da luta por equidade de gênero e combate à violência contra a mulher, a produção científica brasileira de estudos feministas, de mulheres e de gênero se consolida na década de 1990. O número de artigos é quase seis vezes maior em relação à década anterior: são 1408 artigos, com uma média de crescimento anual de 17,36%. É nos anos 90 também que são inauguradas duas relevantes publicações científicas nacionais especializadas na área - e ativas até hoje: a Revista Estudos Feministas e a Cadernos Pagu.

No contexto sociopolítico da época, as movimentações de mulheres contribuem para explicar esse aumento exponencial dos feminismos e, conseqüentemente, dos estudos acadêmicos que integram sua arena política. Sardenberg e Costa (2011) sinalizam que no início da década de 1990 muitos movimentos populares de mulheres se multiplicam e se organizam, por exemplo, a partir de mulheres de classes trabalhadoras em associações de

bairro, trabalhadoras de fábricas através dos departamentos de mulheres dos seus sindicatos e centrais, e de trabalhadoras rurais através de várias organizações. As mulheres negras também expandem e impõem suas vozes, contribuindo de forma fundamental para ampliar a agenda feminista brasileira (CARNEIRO, 2018; SARDENBERG; COSTA, 2011). Segundo Ana Alice Costa (2013) e Susana Silva (2000), a década de 1990 no Brasil é marcada pela institucionalização de vários movimentos sociais, por exemplo, com o surgimento de diversas organizações não-governamentais.

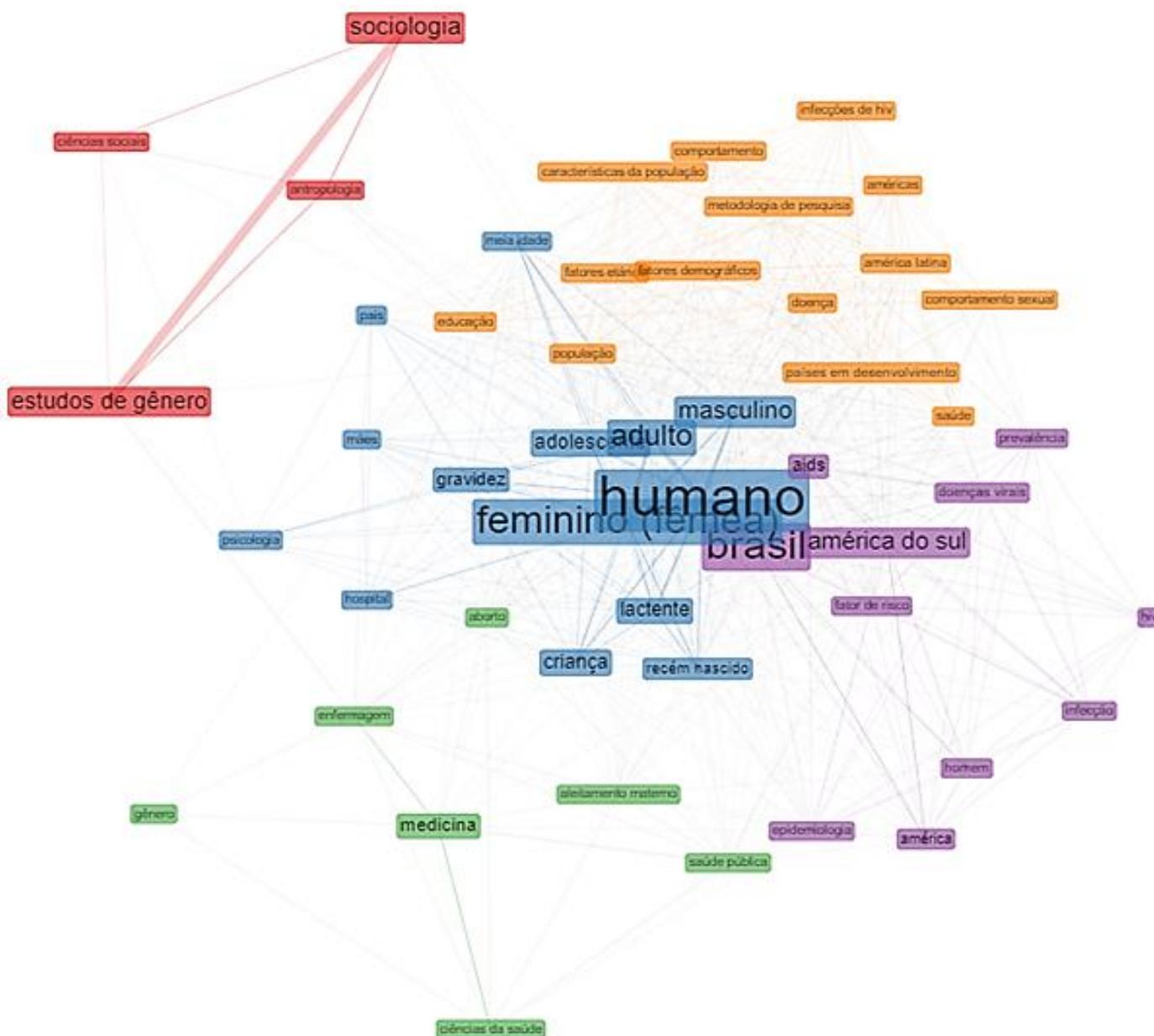
É também na década de 1990 que a igualdade de gênero passa a ser contemplada como temática de importância nas diretrizes da educação brasileira, a partir de sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. Para Tânia Brabo, isso foi mérito dos movimentos feministas, que se articulavam num “cenário pautado por demandas e negociações de direitos sociais”, que ocorrem, no entanto, dentro de “uma contradição entre os objetivos de alcance dos direitos sociais, previstos na Constituição de 1988 e a adoção de reformas políticas de ajuste econômico, as neoliberais” (BRABO, 2008, p. 159).

Além disso, as já mencionadas Fundação Ford e Fundação MacArthur seguem figurando como grandes financiadoras da pesquisa brasileira na área (CORRÊA, 2001; GREGORI, 1999; RAGO, 1998). Seu financiamento e incentivo institucional certamente compõem parte dos motivos para o expressivo aumento da produtividade nessa década, visto que a pesquisa acadêmica demanda mão de obra altamente especializada e recursos que são, muitas vezes, escassos no Brasil. As duas fundações tinham o objetivo de apoiar financeiramente essas pesquisas por partilharem do discurso de que o Brasil seria um país estratégico no desenvolvimento de toda a região e, por isso, deveria ter políticas públicas e intervenções sociais encorajadas. Esse amplo financiamento trouxe diversas pesquisadoras e pesquisadores para a área dos estudos feministas, de mulheres e de gênero (PINTO, 2003).

Refletindo um contexto de popularização das pautas, inclusive com a institucionalização de algumas delas, e de constante financiamento para sua consolidação, os estudos feministas, de mulheres e de gênero fortaleciam suas raízes no campo científico brasileiro nos anos 1990. As palavras-chave e as *subfields* (ou as disciplinas de pesquisa) recuperadas em nossa pesquisa espelham essa consolidação: a expressão “estudos de gênero” passa a figurar como termo mais utilizado e como disciplina mais frequente, diferentemente das décadas anteriores em que termos e disciplinas das ciências da saúde mantinham-se em destaque.

Essa é também a década em que as disciplinas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais criam seu espaço definitivo na pesquisa acadêmica envolvendo feminismos, mulheres e gênero. Figuram, inclusive, com mais frequência do que as pesquisas na Saúde Pública – que, nas décadas seguintes, voltam a ser as mais frequentes.

Figura 3 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1990, n=1281



Fonte: Dados da pesquisa.

Na observação do mapa de coocorrência de palavras-chave, percebe-se a expressão “estudos de gênero” inicialmente associada aos termos Sociologia, Antropologia

e Ciências Sociais, todos presentes no mesmo cluster de palavras (vermelho). Contudo, ao selecionar-se a expressão “estudos de gênero”, que também designa uma área de estudos, pode-se perceber fortes arestas de ligação com Psicologia (cluster azul), Enfermagem/Medicina (cluster verde) e população (cluster laranja). Tais arestas denotam uma associação frequente entre os assuntos.

Entre as palavras-chave recuperadas, permanecem relevantes termos das Ciências da Saúde relacionados à maternidade: gravidez, recém-nascido, criança e lactente. Alguns termos que figuravam de forma tímida na década de 1980 passam a adquirir importância: gênero, feminismo, AIDS, antropologia e performance. No mapa, é possível perceber que as frentes de pesquisa dos anos 1970 e 1980 se mantêm sólidas (clusters verde e azul) e que a elas se adicionam outros grupos, com temáticas das Ciências Sociais e Humanidades.

Há ainda mais grupos de palavras com termos incipientes nos anos 1980 que adquirem força nos anos 90, relacionados a estudos populacionais e de sexualidade sobre a propagação do HIV e da AIDS na população brasileira. São os grupos laranja (infecções de HIV, comportamento, características da população, metodologia da pesquisa, américas, América Latina, comportamento sexual, saúde, doença, educação, população, fatores etários, fatores demográficos, países em desenvolvimento) e roxo (Brasil, América do Sul, AIDS, fator de risco, doenças virais, prevalência, infecção, homem, América, epidemiologia). A presença e a frequência destes termos ilustram o fôlego da pesquisa sobre HIV/AIDS no Brasil, com o primeiro caso de infecção registrado em 1982 no país. Vê-se a penetrabilidade e frequência na área estudada e, assim como em outros temas, sua intersecção de focos de políticas públicas e de intervenção social na pesquisa acadêmica.

Como um dos maiores desafios vividos pela comunidade LGBTQIA+, de início, a epidemia de HIV/AIDS careceu de engajamento no sentido de seu enfrentamento por parte de instituições estatais, lideranças da saúde pública e indústrias farmacêuticas. Tratada como uma “peste gay”, a doença vitimou inúmeras pessoas que padeciam pela falta de tratamento adequado. Foi através da mobilização da própria comunidade, segundo Renan Quinalha, que isso se transformou.

As próprias pessoas vivendo com HIV/Aids é que se articularam para cobrar ao Estado e ao mercado o avanço no conhecimento, na prevenção e no tratamento. Com uma potente resposta comunitária, marcada por muita luta, foi possível politizar e legitimar a doença como objeto de políticas públicas. (QUINALHA, 2021).

Nesse sentido, em movimentação que crescia desde a década anterior, os esforços do movimento social chegaram também ao ambiente acadêmico nos anos 1990 - embora, como se pode observar pelas palavras-chave recuperadas, ainda houvesse caminho a ser trilhado. Não seria até os anos 2000 que a discussão acerca do estigma, preconceito e violência contra a população LGBTQIA+ passaria a ser fortemente encampada no meio científico. Assim como ocorrera com as temáticas mais controversas da agenda feminista – tal como o aborto –, as identidades e sexualidades dissidentes eram um tabu ainda a ser encarado na academia.

Expressões relacionadas à violência, até então inexistentes na produção da área, também passam a compor o retrato dos anos 1990, apesar de não haver uma expressão única com grande frequência. Principalmente vinculados às disciplinas de Saúde Pública e Humanidades, em ordem de frequência, figuram os temas: violência, violência sexual, violência familiar, violência contra a mulher e violência conjugal. Conforme Céli Pinto (2003), este já era um dos temas centrais dos movimentos feministas no Brasil desde a formulação da Carta das Mulheres à Constituinte (1985-1988), em que demandavam a criação de delegacias especializadas. Diferentemente da temática do aborto (presente nas palavras-chave nos desde os anos 1970 e também nos anos 1980), entretanto, as expressões relacionadas à violência aparecem na pesquisa acadêmica apenas nos anos 1990, juntamente com outras expressões e palavras-chave até então inéditas: aborto induzido, prostituição, empoderamento, historiografia, gravidez na adolescência, psicanálise, ética, subjetividade, estupro, diferença entre sexos, poder, práxis e teoria feminista.

Enquanto o número de artigos aumenta quase seis vezes em relação à década anterior (anos 1980), o número de disciplinas envolvidas apresenta um crescimento mais discreto, contemplando principalmente aquelas das Ciências Humanas e Sociais. São essas as disciplinas que mais se utilizam da expressão “estudos de gênero” em suas palavras-chave.

Integrando a institucionalização dos feminismos na academia, os estudos de gênero passam a figurar em mais universidades e regiões do país na década de 1990 - tomando a forma de disciplinas, centros de estudos, grupos e temáticas de pesquisa. Começam a se fortalecer também eventos e conferências sobre a temática, ilustradas no forte e hoje já longo exemplo do Seminário Internacional Fazendo Gênero, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, que surgia em 1994 com a edição “Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher” (FERREIRA, 2021). Era o momento definitivo da ampliação, ou

da “infiltração”, como diria Heloísa Buarque de Hollanda (2018), dos estudos feministas, de mulheres e de gênero na produção científica brasileira.

3.4 Anos 2000: institucionalização, pluralização e popularização dos feminismos

Os movimentos feministas do final do século XX e início do século XXI foram marcados pela valorização da diversidade, das diferenças e de contextos micropolíticos. Nos estudos feministas, de mulheres e de gênero da época, essas pautas da militância fizeram eco – expandindo-se inclusive como foco de interesse de pesquisadoras e pesquisadores de novas disciplinas. Com um crescimento exponencial de coeficiente igual a 0,9685, um total de 7278 artigos foram publicados na área nos anos 2000.

A Saúde Pública e a Enfermagem voltam a ser as disciplinas com mais publicações e as palavras “sexualidade”, “homossexualidade” e “identidade de gênero” aumentam sua frequência em relação às décadas anteriores. Arte e performance, que já figuravam uma crescente de publicações nos anos 1990, aumentam ainda mais sua importância no campo. Por outro lado, os termos comumente usados em pesquisas das ciências médicas e experimentais, como “humano” e “fêmea”, diminuem em proporção.

No Brasil dos anos 2000, a institucionalização governamental das pautas de equidade para promover a igualdade entre os gêneros se vislumbra em políticas públicas e em novos organismos estatais. A posição das mulheres se amplia e se modifica, em um modelo de programas sociais que enfatiza “[...] mecanismos participatórios de cidadania e de provisão do bem-estar [...]” (SORJ, 2016, p. 258). Enquanto nos anos 1990 começavam a aparecer termos como “subjetividade” e “raça” na produção científica, nos anos 2000 esses termos crescem em frequência e a eles são adicionadas outras expressões em consonância com a garantia e ampliação da cidadania. Surgem publicações do campo relacionadas às diferenças, micropolítica e novas vertentes dos movimentos sociais e da pesquisa. São exemplos aquelas recuperadas em palavras relacionadas aos estudos *queer* (travesti, teoria *queer*, *queer*), sexualidades “desviantes” (intersexualidade, homoerotismo, lésbica), à geração (jovens, velhice, gerações), a novos termos e desdobramentos relativos à violência (homofobia, violência de gênero, abuso sexual) e ainda outras expressões (movimentos sociais, masculinidades, comportamento paterno, divórcio, pornografia, alteridade, publicações feministas, intersexualidade).

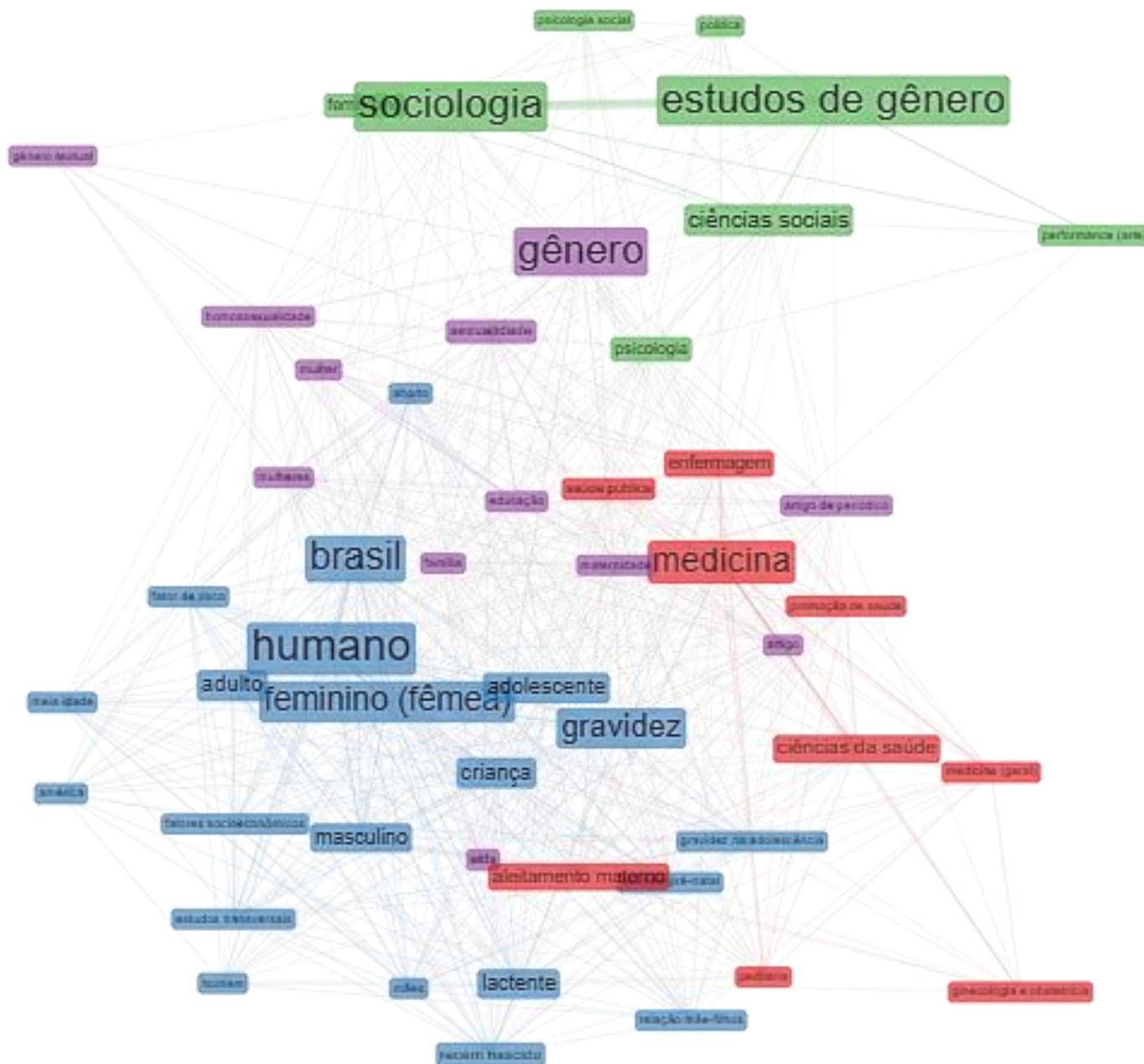
Diálogos e articulações estabelecidas a partir da metade dos anos 1990 podem explicar esse acréscimo de temáticas de interesse na pesquisa da área. Demarcamos aqui três notáveis exemplos, dentre uma grande quantidade de conquistas institucionais que caracterizou aquele período. Novas vozes passaram a ser levantadas e ouvidas nos feminismos brasileiros a partir da participação nacional na Conferência Mundial da Mulher de Pequim, promovida pela ONU em 1995 (MATOS, 2010; SARDENBERG; COSTA, 2011). A necessária articulação para organizar a participação das mulheres nesse encontro provocou vários movimentos locais e populares - criando redes formais e informais e estabelecendo diálogos em âmbito nacional e transnacional, inclusive com outros feminismos latino-americanos. Já no ano de 2000, se constituía a Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras, que buscava fortalecer a participação das mulheres negras na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, também promovida pela ONU, em 2001 (SILVA, 2018). Por fim, ainda nessa década, no ano de 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançava o Programa Brasil Sem Homofobia, primeira política pública especificamente voltada à população LGBTQIA+. Fruto de décadas de mobilização do movimento, o programa visava a promoção de direitos e o enfrentamento de violências. Assim como avançavam debates, estabelecimento de coletivos e a institucionalização de algumas pautas nos âmbitos social e político, vimos nos resultados da presente pesquisa emergirem temáticas correlatas nas publicações da década de 2000. O campo brasileiro dos estudos feministas, de mulheres e de gênero manifestava, de fato, uma abertura e fortalecimento da diversidade.

Ainda outras palavras e termos inéditos em relação às décadas anteriores passam a ser utilizados nos anos 2000 pelas autoras e autores (ou na indexação posterior destas publicações) para descrever suas pesquisas. São elas: mídia, depressão, promoção da saúde, vulnerabilidade, paternidade (pai), masculinidades, abuso sexual, transmissão vertical, publicidade, movimentos sociais, mulheres maltratadas, idoso(a), atenção primária à saúde, homofobia, teoria *queer* e pornografia.

O mapa de coocorrência de palavras da década demonstra algumas mudanças ainda mais pontuais em relação àquele dos anos 90. Permanecem os grupos de assuntos relacionados à gestação (cluster azul no mapa dos anos 1990 e 1980, roxo nos anos 1970), ao qual são adicionados os assuntos “fatores socioeconômicos”, “estudos transversais”, “meia idade”, “gravidez na adolescência” e “relação mãe-filho”. Feminismo, psicologia social, política e performance são novos termos do cluster de estudos de gênero, sociologia,

ciências sociais e antropologia. A maior frequência deste grupo de palavras é uma das mudanças, além de um novo grupo com os temas gênero, homossexualidade, mulheres, família, educação, maternidade e mulher.

Figura 4 - Mapa de cocorrência de palavras-chave na década de 2000, n=6969



Fonte: Dados da pesquisa.

No contexto social dos anos 2000, ainda cumpre destacar marcos na política brasileira que podem ser entendidos como conquistas dos movimentos que permeiam – e repercutem – nos estudos feministas, de mulheres e de gênero. Em 2003 é criado o

Ministério das Mulheres, posteriormente Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Em 2004 é publicado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2006 é sancionada a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), de combate à violência contra a mulher e, entre 2008 e 2011, é instituído o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Conforme já discutido, desde a constituinte, parte dos feminismos brasileiros já estavam se organizando de forma a ver no Estado um possível aliado na conquista de direitos, para o qual suas demandas vinham sendo direcionadas. Neste percurso em que as institucionalizações dos anos 1990 perpassam, são realizadas articulações entre movimentos sociais, organizações não-governamentais e Estado (além das organizações estrangeiras ou internacionais) (SARDENBERG; COSTA, 2011). Nos anos 2000, uma nova camada se soma a este cenário, relacionada à partidarização dos movimentos. Sardenberg e Costa demonstram ter sido esse um cenário de conflitos e tensões, também já identificados em outros âmbitos - como por exemplo, entre grupos de mulheres e ONGs, ou entre feminismos de diferentes identidades, pautas e grupos sociais. A pluralidade manifesta um tempo de “solidariedade e conflitos no interior da diversidade” (SARDENBERG; COSTA, 2011).

A diversidade é então, como não poderia deixar de ser, um campo em que também se dão relações de força e poder e onde os feminismos se fazem perceber. Na década de 2000, os questionamentos e pautas que figuram na produção recuperada abarcam o corpo, maternidade como obrigação, violência obstétrica, parto natural, mulher negra, indígena, gorda, maior representatividade política e direito à amamentação em público. Segundo Cidinha da Silva (2018), é também nos anos 2000 e 2010 que ocorre “[...] a entrada significativa das mulheres negras politicamente posicionadas nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e como docentes.” (SILVA, 2018, p. 260). Segundo a autora, “[...] nesse processo ganhou força a ideia do feminismo negro, a necessidade de assumir esse nome e também de produzir uma teoria feminista negra no Brasil.” (SILVA, 2018, p. 260).

De certa forma, se reflete nos artigos recuperados a consolidação da institucionalização dos movimentos feministas apontada pela literatura, explorando organismos cada vez mais micro, locais e da valorização das diferenças (HOLLANDA, 2018; MATOS, 2010; SARDENBERG; COSTA, 2011). Os temas e palavras-chave das pesquisas do campo nos anos 2000 ecoam a democratização, a pluralização e a popularização dos feminismos.

3.5 Anos 2010: “as mulheres riscaram o chão”, mas ainda há portas a abrir

Entre os anos de 2011 e 2019 (período que denominaremos de Anos 2010), 22637 artigos foram publicados no campo dos estudos feministas, de mulheres e de gênero. A tendência de crescimento exponencial se mostra mais próxima de um, sendo equivalente a 0,9765³. É nesta década que a palavra “feminismo” começa a ser mais fortemente adjetivada: feminismo e também feminismos (no plural), feminismo negro, ecofeminismo, pós-feminismo, feminismo materialista, ciberfeminismo, feminismo jurídico, feminismo marxista, feminismo descolonial e decolonial, feminismo comunitário, feminismo latino-americano. A pluralização que se iniciava na década anterior se manifesta explicitamente no campo, ilustrando a valorização da diversidade na pesquisa e uma maior sinergia com a pluralidade dos movimentos sociais.

Palavra já presente nos resultados recuperados desde os anos 1990, ainda que com baixa frequência, “empoderamento” chama atenção nos anos 2010 como um dos 30 termos mais frequentemente usados nas publicações da área. Acompanhando um movimento exógeno à academia, o conceito se populariza, denotando a necessidade social de empregar essa nova nomenclatura a uma ação considerada necessária pelos feminismos. Para Joice Berth (2019), o neologismo do “empoderamento” surge, desde muitas fontes e com considerável polissemia, para suprir a carência de palavras que definissem essa requerida mobilização individual e coletiva de criticidade, politização e atuação.

Também a partir dos anos 2010 os termos performance, arte e sexualidade aumentam mais ainda em importância na pesquisa, assim como várias expressões relacionadas à violência de gênero: violência contra a mulher, violência doméstica, violência, violência sexual, violência de gênero, feminicídio. Algumas outras novidades nas palavras-chave são, por ordem de frequência: pessoa transgênero, alienação parental, prisões, disforia de gênero, diversidade de gênero, saúde do homem, tecnologia educacional, profilaxia pré-exposição, pessoas trans, violência institucional, pessoas transgênero, problematização, arte contemporânea, capital cultural, alienação, corpos, transfobia, educação de jovens e adultos, juventudes. Aparecem com frequência também termos referentes às redes sociais online: Facebook, Youtube e Twitter.

³ Número ponderado até o ano de 2017, último ano considerado completo na base e, portanto, passível de análise de produção.

No que diz respeito à diversidade sexual, conforme já apontado, termos relativos à homossexualidade já vinham aparecendo entre as palavras-chave desde os anos 1990⁴, enquanto “gay” e palavras com a raiz “lesbo” (como lesbianismo) surgiram apenas a partir dos anos 2000. Nos anos 2010, aumenta em profusão o número de produções contemplando esses assuntos, embora consideremos necessária uma reflexão acerca dos resultados levantados. Embora a luta pela afirmação da identidade lésbica tenha se iniciado ainda nos anos 1970 no Brasil, e se intensificado nos anos 1990 a partir da criação de ONGs lésbicas (ALMEIDA; HEILBORN, 2008), a problemática da invisibilidade desse grupo social mesmo dentro do movimento LGBTQIA+ permanece demonstrando ecos na década de 2010. Ao analisar os resultados levantados na presente pesquisa, observa-se que, na divisão entre gêneros, as expressões relacionadas ao homem gay (homossexualidade masculina, *male homosexual*, homoerotismo masculino) são bastante mais frequentes do que aquelas em relação à mulher lésbica. A expressão “homossexualidade feminina”, por exemplo, tem frequência quatro vezes menor do que “homossexualidade masculina” dentre as produções recuperadas.

Questão similar acontece com termos ligados à raça e etnia. A temática surge nas publicações do campo nos anos 1990 (manifesta em termos como raça, racismo, etnia e mulheres negras), porém com poucas ocorrências e pouca variedade de expressões. Nos anos 2000, tais termos aumentam sua frequência e, a partir de 2011, dá-se uma profusão de novos termos combinada com aumento da frequência dos que já existiam. São exemplos expressivos de novos termos surgidos nas publicações dos anos 2010: o já mencionado feminismo negro, mulheres indígenas, literatura negra, raça/etnia, racismo institucional, *south american indians*, negritude, antirracismo, branquitude, professoras negras, racismo/sexismo epistêmico, entre outros.

Embora esses resultados demonstrem a ampliação da representatividade das vozes plurais dos feminismos em relação às décadas anteriores, a frequência de tais palavras chama atenção quando contrastada com a daquelas relativas à homossexualidade e à violência. Trata-se de uma frequência bastante mais discreta, o que ecoa a discussão levantada por Luzinete Minella (2013) em análise sobre as temáticas do campo de gênero e ciências no Brasil. Em sua pesquisa, Minella (2013) relata não ter encontrado análises que tivessem como foco dos debates as questões étnicas e raciais, o que considera um grande desafio epistemológico e político. Nos artigos recuperados pela presente pesquisa,

⁴ Termos como homossexualidade, homossexual, movimento homossexual, grupo homossexual, homossexualidade masculina e até homossexualismo.

Outro aspecto relevante levantado acerca da produção dos anos 2010 pode ser observado a partir da análise de clusters de palavras-chave mais frequentes. Apesar da proeminência de novos assuntos (novas palavras-chave e novas áreas entrando na pesquisa do campo), percebe-se uma coesão na coocorrência de termos recuperados desde os primeiros anos da pesquisa. Na figura 5, é possível perceber que apesar de os grupos estarem muito próximos e frequentemente entrelaçados, há uma perceptível distinção entre temas e palavras de pesquisa:

- a) em verde, figuram pesquisas acerca da gravidez, com termos característicos de estudos populacionais e transversais (como “feminino” no sentido de fêmea, “masculino”, “adolescente”, “lactente” e “recém-nascido”). É neste grupo em que se faz presente a palavra “homossexualidade”, embora esteja também bastante conectada ao grupo seguinte;
- b) em vermelho, observamos artigos de saúde e políticas públicas, tratando de questões de aleitamento materno (termo mais próximo ao grupo sobre gravidez), enfermagem e medicina, mulher, aborto, sexualidade, empoderamento e feminismo (sendo os dois últimos os mais conectados ao grupo a seguir);
- c) por fim, em azul, figuram artigos concernentes às ciências sociais e humanidades, incluindo Arte, História da arte, performance, Literatura, História, Filosofia, Pedagogia, Antropologia, Psicologia Social, entre outros.

A imagem é significativa, pois transparece uma divisão, ainda que de fronteiras difusas, aparentemente sendo construída desde os primórdios dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil. Observamos uma espécie de tendência de afinidades temáticas, que pode auxiliar a compreender o cenário mais amplo da pesquisa no país. Trata-se de um cenário que muda conforme as perspectivas analisadas, mas que permite enxergar características importantes de recortes específicos - possibilidades de análise emergem no sentido dos limites de cooperação entre subáreas dentro do campo dos estudos feministas, de mulheres e de gênero, ou mesmo acerca da natureza interdisciplinar desse mesmo campo. Em outras palavras, há cooperação entre diferentes subáreas do conhecimento, mas a divisão é perceptível. Neste sentido, embora seja usual que subáreas afins tenham temáticas e colaborações mais frequentes, esse fenômeno também pode ser interpretado a partir do que já vem sendo indicado por algumas pesquisadoras: apesar de a interdisciplinaridade ser incentivada no discurso, constata-se que os mecanismos de avaliação da ciência continuam priorizando e favorecendo pesquisas que atendam critérios

de qualidade de uma única área do sistema avaliativo da CAPES e do CNPq (BARRA, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2018). Nesse sentido, reconhecemos aqui a limitação de nossa capacidade analítica para o presente artigo, antecipando já nosso sincero anseio de que novas contribuições venham a somar para os retratos aqui feitos (tal qual deve ser a ciência que se proponha feminista, constantemente sujeita a revisões, amplamente acessível e aberta a mudanças) (WEINER, 1994).

Nos anos 2010, mais disciplinas e temas de pesquisa se somaram à área, adicionando também mais uma camada de termos e assuntos relativos a marcadores sociais da diferença, problematização de normas sociais vigentes, elucidação de desigualdades na esfera micropolítica, no âmbito da saúde pública e da saúde da mulher, da sexualidade e de narrativas culturais. São temáticas de pesquisa que contínua e exponencialmente questionam e problematizam a realidade social, e que se desenvolvem em um contexto em que vimos ascender no Brasil uma forte onda conservadora (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Em 2017, Eliane Brum fazia um balanço da potência e alcance da mobilização feminista com as seguintes palavras.

As mulheres riscaram o chão. Com as unhas. Não é um de repente, é um processo. Mas algo emergiu com força, também por conta da facilidade de mobilização das redes sociais que, se destroem – e destroem –, também rompem. E fazem irromper. E quando escutamos o que nós mesmas dizemos, quando nos escutamos, é chocante que tenha sido preciso dizer. [...] Está terminando o autoconsentimento tácito do homem sobre a mulher, produzido pelo silêncio, pelo preconceito, pelo domínio ainda masculino das instituições. (BRUM, 2017).

No cenário científico brasileiro, os estudos feministas, de mulheres e de gênero também riscaram o chão, de forma irreversível. Nos resultados aqui apresentados, percebemos essa revolução política, teórica e epistemológica se manifestar na análise da pesquisa produzida e publicada por cientistas brasileiras e brasileiros até o ano de 2019. Percebemos também seus limites, que se apresentam ainda na reprodução de padrões excludentes, hegemônicos e coloniais, mesmo dentro de um campo que tem em sua própria motivação de existência a ruptura. Nesse caso, as ausências e silêncios nos informaram tanto quanto os dados coletados. As fronteiras, ainda assim, seguem sendo tensionadas - mesmo em meio à intensificação do conservadorismo. É, na perspectiva de Eliane Brum, (2017), esse mesmo enfrentamento ao status quo, seja na arena política, civil ou científica, que provoca a reação conservadora que observamos no Brasil contemporâneo. É também para contribuir nessa disputa que apresentamos esse retrato.

4 Considerações finais

Embora transcenda o retrato temporal por nós feito no presente artigo, refletimos sobre o hoje que o sucede. Para Rosana Pinheiro-Machado, o contexto contemporâneo apresenta “[...] uma inédita estigmatização do conhecimento acadêmico no Brasil que transforma o cientista no inimigo interno a ser destruído.” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Embora tal afirmação tenha sido feita em período anterior à chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil e do internacionalmente reconhecido negacionismo que tomou parte da população, em muito motivado pelo presidente da República do período da pandemia (IMPRENSA..., 2020), consideramos lamentavelmente acurada sua leitura da realidade.

Em uma ascendente onda conservadora (LACERDA, 2019), temos observado uma forçada “fuga de cérebros” em função das ameaças feitas por indivíduos e grupos vinculados à extrema-direita a figuras públicas defensoras dos direitos humanos (PINHEIRO-MACHADO, 2019; LOPES; COSTA, 2021). Proeminentes professoras e autoras feministas, como Debora Diniz e Marcia Tiburi, se viram sem alternativas, a não ser o desterro, devido às perseguições e ameaças que sofriam. O político Jean Wyllys, reconhecido defensor da pauta LGBTQIA+ e forte opositor ao golpe contra a então Presidenta Dilma Rousseff, também integra o que tem sido chamada de uma “nova geração de exilados no Brasil” após a eleição de Jair Bolsonaro (PHILLIPS, 2019). Em 2018, a vereadora Marielle Franco – defensora dos direitos da população LGBTQIA+, negra e periférica – foi assassinada, em um cruel crime político ainda hoje não resolvido. Inegavelmente, o avanço conservador tem representado uma violenta (e, por vezes, mortal) ameaça às vidas de quem ousa erguer a voz (hooks, 2019c). E, ainda assim, encontra resistência organizada, tanto nas ruas quanto dentro da academia.

Buscamos retratar neste artigo o que chamamos de revolução política, teórica e epistemológica do surgimento e consolidação do campo dos Estudos Feministas, de Mulheres e de Gênero no Brasil. Carregado de contradições e desafios a serem ainda enfrentados, percebemos o campo como fruto das lutas e conquistas feministas, da organização coletiva de mulheres e sujeitos aliados, das identidades e sexualidades dissidentes, e da multiplicidade de significados e estratégias de enfrentamento ao sexismo e a todas as formas de opressão (hooks, 2019b). Assim como conta bell hooks acerca do contexto estadunidense, afirmando que “O movimento feminista se fortaleceu quando

encontrou o caminho da academia.” (hooks, 2019a, p.43), podemos perceber em muito esse movimento nesse retrato brasileiro.

Como inicialmente anunciado, é esse um retrato, uma história possível a ser contada a partir dos recortes temáticos e temporais viabilizados nos dados da pesquisa. Com esse retrato, apreendemos a consonância dos movimentos teóricos e acadêmicos com aqueles de fora dos muros das universidades; as limitações dos feminismos liberais, brancos e eurocêntricos ainda hoje persistentes; a força dos feminismos plurais e das coalizões estratégicas possíveis; a relevância da inserção do movimento LGBTQIA+ no campo e do quanto pode ele ainda também se beneficiar das perspectivas feministas. Esse é um retrato histórico e político e se pretende também, em alguma medida, um convite.

Um convite à luta, um chamado à esperança feminista (DINIZ; GERBARA, 2022), mesmo (ou principalmente) em meio a um contexto que se apresenta desolador. Um demonstrar dos efeitos positivos da resistência, da desobediência, da ruptura e do quanto o fazer acadêmico feminista deve estar a serviço delas - ou sê-las. Esse é um artigo que se pretende fonte de aprendizados, como assim o foi para nós, em seu processo de escrita, inclusive com os erros e lacunas que a história nos conta. Em sua pluralidade de perspectivas e potência analítica suficiente em si mesma (e jamais como acessório pejorativamente chamado de “identitário”), o campo dos Estudos Feministas, de Mulheres e de Gênero se mostra como lente de compreensão e complexificação do real, assim como motor da transformação. Que possamos aprender com ele e seguir lhe alimentando.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30947>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; BARZOTTO, Carlos Eduardo. Transversalidade de gênero em políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Práxis**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 80-106, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.1816>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ARCHAMBAULT, Éric. Acesso Aberto – rotas rumo à universalização: vias douradas, verdes, híbridas, outras. *In*: CONFERÊNCIA SCIELO 20 ANOS, 2018. São Paulo. [Painelistas...] São Paulo: SciELO, 2018. Palestra conferida no evento SciELO 20 anos, com lançamento da base de dados 1Findr 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo20.org/painelistas/eric-archambault/index.html>. Acesso em: 26 abr. 23.



BARRA, Cláudia Cabral M. Moro. Interdisciplinaridade: desafios para pesquisa e publicação. **Fisioterapia Movimento**, Curitiba, v. 26, n. 4, p. 711-712, set./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-51502013000400001>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BEARTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Educação e democracia: o papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola. **Ex aequo**, [S. l.], n. 17, p. 155-165, 2008. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n17/n17a10.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 8 ago. 2006.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes *et al.* Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 703-715, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016148937>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRUM, Eliane. As mulheres que dizem não. **El País**, 25 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/25/opinion/1514215938_126857.html. Acesso em: 9 set. 2022.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra Gouretti. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Editora 34, 1998. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. esp., p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Sueli Carneiro. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.439-446.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100002>. Acesso em: 26 jun. 2023.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DEVIDE, Fabiano Pries *et al.* Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93-103, 2011.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 245-253, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300026>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DINIZ, Debora; GERBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. O campo do gênero na Anped: hipóteses em construção. *In*: DAL'IGNA, Maria Cláudia; POCAHY, Fernando (orgs.). **Produção de Conhecimento em Gênero, Sexualidade e Educação**: subversões, resistências e reexistências. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. A língua franca da ciência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 3-8, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000100002>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: CÍRCULO PALMARINO. **AfroLatinoAmérica**: caderno de formação política n.1: batalha de ideias. São Paulo: Círculo Palmarino, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. Estudos de gênero no Brasil (comentário crítico). *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 223–235.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 211-221, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300023>. Acesso em: 26 jun. 2023.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221/1-28.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **O Feminismo é para Todo Mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Erguer a Voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019c.

IMPrensa internacional destaca negacionismo de Bolsonaro ao noticiar contaminação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/imprensa-internacional-destaca-negacionismo-de-bolsonaro-ao-noticiar-contaminacao-24519864>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LACERDA, Marina Basso. **O Novo Conservadorismo Brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEVY, Maria Stella *et al.* O registro de nascimento e sua importância em planejamento materno-infantil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 41-46, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101971000100004>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. Political exile in the post-2019 Brazilian context: history of exile and work-existence/resistance of a Brazilian intellectual. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 307-324, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200038>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 40-44.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MATOS, Gislaíne Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismos**: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/152680>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MCMANUS, Concepta; NEVES, Abílio Afonso Baeta. Production profiles in Brazilian Science, with special attention to social sciences and humanities. **Scientometrics**, Hoboken, v. 126, p. 2413-2435, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03452-2>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (org.). **Histórias das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 341-396.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 95-140, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100003>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NARVAZ, Martha Giudice. **A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem(se) política. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18884>. Acesso em: 26 jun. 2023.

OLIVEIRA, Denise Cristina *et al.* Interdisciplinaridade e avaliação Capes: um estudo de caso de um programa indisciplinado. **Revista Scientiarum Historia**, Rio de Janeiro, v. 1, e227, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.51919/revista_sh.v1i1.227. Acesso em: 26 jun. 2023.

PHILLIPS, Dom. New generation of political exiles leave Bolsonaro's Brazil 'to stay alive'. **The Guardian**, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/11/brazil-political-exiles-bolsonaro>. Acesso em: 9 set. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Jacqueline Pitanguy. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 447-465.

QUINALHA, Renan. O significado da epidemia de HIV/Aids para a comunidade LGBTI+. **Diadorim**, 3 jan. 2021. Disponível em: <https://www.adiadorim.org/post/o-que-significou-a-epidemia-do-hiv-aids-para-a-comunidade-lgbti>. Acesso em 12 nov. 2021.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RELLER, Tom. Elsevier acquires Science-Metrix Inc., provider of research analytics services and data. **Elsevier** [press release], New York, Dec. 19, 2018. Disponível em: <https://www.elsevier.com/about/press-releases/corporate/elsevier-acquires-science-metrix-inc-provider-of-research-analytics-services-and-data>. Acesso em: 26 abr. 23.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. *In*: VERGÈS, François. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 7-11.

SANTIN, Dirce Maria. *Ciência mainstream e periférica da América Latina e Caribe: configurações e padrões de especialização*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/193701>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys: estudos feministas**, [S. l.], v. 20/21, 2011.

SCHUCK, Elena de Oliveira. Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 30-43, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4107>. Acesso em: 26 jun. 2023

SCIENCE-METRIX. **1Findr**. Montréal: Science-Metrix, 2018. Disponível em: <https://science-metrix.com/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, Susana Veleza da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W: revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 5, n. 262, 2000. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/1212>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, Cidinha da. Feminismo negro: de onde viemos: aproximações de uma memória. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252-260.

SÖDERLUND, Therese; MADISON, Guy. Characteristics of gender studies publications: a bibliometric analysis based on a Swedish population database. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 105, n. 3, p. 1347-1387, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1702-7>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SORJ, Bila. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. *In*: ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 257-265.

SOUZA, Cecilia de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. *In*: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. São Paulo: USP, 2002. p. 131-165.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão dos seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, pp. 37-85, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 155-166, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120031>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Estudos de Gênero Educação e Cultura Sexual. **Ariadne**: democratizando o conhecimento: a construção de uma base de dados sobre gênero, sexualidade e educação formal como subsídio para a formação de agendas e ações de políticas governamentais e não governamentais [base de dados]. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br/~ariadne/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

VELHO, Léa Maria Leme Strini. A avaliação do desempenho científico. **Cadernos USP**, São Paulo, n. 1, p. 22-40, 1986.

VELHO, Léa Maria Leme Strini. A ciência e seu público. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1575>. Acesso em: 26 jun. 2023.

VIEIRA, Ana Sara *et al.* Faces de Eva: uma análise bibliométrica. **Faces de Eva**: estudos sobre a mulher, Lisboa, n. 36, p. 34-60, 2016. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/eva/n36/n36a05.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

WEINER, Gaby. **Feminisms in Education**: an introduction. Buckingham; Philadelphia: Open University Press, 1994.

WITT, Aracy. Alguns conhecimentos sobre nutrição ligados à gestação e ao puerpério. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 97-102, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101971000100012>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90380>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: N. H. F. Hoppen, B. Dalmaso-Junqueira

Coleta de dados: N. H. F. Hoppen

Análise de dados: N. H. F. Hoppen, B. Dalmaso-Junqueira

Discussão dos resultados: N. H. F. Hoppen, B. Dalmaso-Junqueira

Revisão e aprovação: N. H. F. Hoppen, B. Dalmaso-Junqueira

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Mayara Madeira Trevisol, Jônatas Edison da Silva, Camila Letícia Melo Furtado e Beatriz Tarré Alonso.

HISTÓRICO

Recebido em: 12-12-2022 – Aprovado em: 29-06-2023 - Publicado em: 14-08-2023.